

ENSAIO SOBRE O ENTENDIMENTO HUMANO:

Uma tradução inédita ¹

John Locke

Orientadores: Prof. Dr. Emanuel Angelo da Rocha Fragoso
Prof. Dr. Expedito Passos

1.0 Introdução

John Locke nasceu em 29 de agosto de 1632, na pequena cidade de Wrington, Inglaterra, vindo a falecer em 1704. Foi criado em Pensford, nas proximidades de Bristol. Sua família era da linha puritana da religião anglicana. Estudou inicialmente na Westminster School transferindo-se posteriormente para o Christ Church College de Oxford, considerado como centro de cultura mais moderno da Inglaterra da época. Fora esta instituição que fê-lo entrar em contato com o pensamento de John Owen (1616-1683) e Descartes (1596-1650), que o influenciaram em sua trajetória filosófica. Locke atuou ainda nos campos de medicina, filosofia, teologia, anatomia e política. Deste último, deve ao Sir Walter Vane a Brandenburg sua inserção em 1665, no campo político como secretário para a Apresentação de Benefícios, cuidando, pois, de todos os problemas eclesiásticos. Como médico chamou a atenção de Lord Anthony Ashley Cooper (1621-1683). Na França, fora secretário do Conselho do Comércio e Agricultura (Council of Trade and Plantations) que Ashley havia criado. Devido ao Lord Ashley ter direitos de propriedade na Carolina, Estados Unidos, Locke participou da elaboração de uma constituição para aquele futuro estado americano. Nesta época começa também a redigir o que seria o *Ensaio Sobre O Entendimento Humano*, no que trabalhou por mais de 20 anos. Após quatro anos na

¹ Este artigo é parte integrante do PROJETO JOHN LOCKE, vinculado ao CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ –UECE, coordenado pelos Professores Dr. Emanuel Angelo da Rocha Fragoso e Dr Expedito Passos. São membros do Projeto os discentes em graduação em Filosofia da UECE, Andréa Cristina Benigno Dantas, Clarissa Duarte Collares, Jane Honorato de Aquino, Marsana Kessy Araújo Lima, Raquel de Araújo Camurça e Suzana Clara Ribeiro Macambira.

França, torna-se membro atuante da Revolução Burguesa Gloriosa, movimento político que levou ao trono da Inglaterra Guilherme de Orange, refugiando-se na Holanda. Nesses anos, Locke publicou muitas de suas principais obras como *Carta Sobre A Tolerância*, *Os Dois Tratados Sobre O Governo Civil* e o *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Também são de sua autoria as obras: *O Primeiro Tratado Sobre O Governo Civil*, *Alguns Pensamentos Sobre A Educação* (1693), *Racionalidade do Cristianismo* (1695), *Ensaio Sobre A Tolerância* (1667), *Algumas Considerações Sobre Reduzir Os Juros E O Aumentar O Valor Da Moeda* (1668), entre outras.

Locke é considerado um dos pais e percussores do empirismo inglês, deixando um legado expressivo não somente no campo filosófico, mas também no moral, político e até pedagógico. Sobre o desenvolvimento do empirismo, Locke representa um progresso em confronto com os precedentes: no sentido de que a sua gnosiologia não é dogmaticamente acompanhada de uma metafísica mais ou menos materialista. Crítico do pensamento racionalista fundamentado nas idéias inatas de cunho idealista, tão vigente na filosofia europeia do séc. XVII. Propõe então, uma teoria do conhecimento, admitindo, pois, toda a importância atribuída à experiência, ou seja, aos sentidos que formulam a noção de idéia através da reflexão do indivíduo. Apesar de ser racionalista, acreditava na revelação divina. Achava que a existência de Deus podia ser provada racionalmente. Locke foi ainda um dos primeiros dos tempos modernos a se ocupar com a questão dos papéis sexuais, expressando pensamentos liberais que só vieram a florescer durante o Iluminismo francês, influencia tal movimento de caráter libertador também por ter sido o primeiro a propagar o princípio da divisão de poderes. Montesquieu (1689-1775) inspirou-se nele para formular a teoria da separação dos três poderes. A mesma influência encontra-se nos pensadores americanos que colaboraram para a declaração da independência americana em 1776. Locke chamou a atenção, sobretudo, para o fato de termos de separar o Poder Legislativo do Poder Executivo para assim evitar-se a tirania e o abuso do poder. Assim, o governo é instituído por meio de um *contrato social*, entretanto, estipulando este contrato social, os indivíduos não renunciam a todos os direitos, porquanto os direitos que constituem a natureza humana (vida, liberdade, bens), são inalienáveis; mas renunciam unicamente ao direito de defesa e de fazer justiça para conseguir que os direitos inalienáveis sejam assim melhor garantidos. Antes, se o estado violasse esses direitos inalienáveis, os indivíduos teriam o direito e o dever de a ele resistir e de se revoltar contra o poder usurpador. Para ele, o direito de propriedade, fruto do trabalho é a

base da liberdade humana "porque todo homem tem uma propriedade que é sua própria pessoa". Tal linha de pensamento influenciará o liberalismo econômico proposto por Adam Smith (1723-1790) e Ricardo (1772-1883). Influencia, portanto, as modernas revoluções liberais: *Revolução Inglesa*, *Revolução Americana* e na fase inicial da *Revolução Francesa*. Em sua obra *Alguns Pensamentos Sobre a Educação*, percebe-se seu interesse em analisar e fundamentar os princípios da educação, destacando a obra do educador aliada à colaboração do discípulo, para a formação do intelecto. A formação educacional consiste, portanto, fundamentalmente, no desenvolvimento do intelecto mediante a moral, precisamente pelo fato de que se trata de formar seres conscientes, livres, senhores de si mesmos. Por conseguinte, a educação deve ser formativa, desenvolvendo o intelecto, e não informativa, erudita, mnemônica.

2.0 A Obtenção do Conhecimento

John Locke dizia que tanto as emoções boas como as ruins são formadas pelas nossas convivências, onde tiramos o “bom” para nossa aprendizagem. O autor precisou analisar os meios que o intelecto tem para conhecer, chegando a ponto de entender o mundo e o interpretar. Locke enfatizou o lado gnosiológico da origem das idéias e representações. A idéia para Locke é “tudo que o espírito percebe em si mesmo, e que é objeto imediato de percepção e pensamento”. Portanto, essa noção de idéia foi feita e corresponde com a idéia cartesiana. A idéia em Locke deve ser compreendida como o conteúdo da consciência, o material do conhecimento. Ele foi contra o inatismo presente em Platão e Descartes, e defendeu a teoria de que o conhecimento deriva da prática. Compara a mente ao conceito aristotélico da tabula rasa, uma folha de papel em branco. O intelecto humano não pode formular idéias do nada, nem o espírito traz em si memórias e conceitos presentes a priori. Para Locke, todos os dados da mente derivam da experiência. A experiência é a fonte e o limite do intelecto. Da mesma forma, o contrário se aplica, onde uma pessoa, tendo vivido sua infância em meio à comunidade e deseja se tornar em sua adolescência um ermitão, teria em sua caverna horários pré-determinados, como horários de comer, dormir, comeria com folhas de bananeira imitando um prato, utilizaria pedras e troncos

como cadeiras, experiências vividas e adaptadas ao seu meio, olharia plantas venenosas e não saberia se são comestíveis, mas depois de experimentá-las, teria o conhecimento para dizer se são venenosas ou comestíveis.

3.0 O texto

3.1. Uma breve descrição do *Ensaio*

Publicado em 1690, período de relevância histórica para a Inglaterra, que passava por uma transição do absolutismo monárquico para o triunfo do Parlamento conseguido pela ação da Revolução Gloriosa, com a devida ascensão ao trono por Guilherme Orange. Tendo Locke participado efetivamente desta Revolução de cunho burguês, insurge-se contra as teses políticas e filosóficas vigentes da época que tem sua base sólida através do Inatismo, este que, por sua vez, sustentava as teorias absolutistas. Deste cenário contra-argumentativo ao racionalismo cartesiano irá se embasar *O Ensaio Sobre O Entendimento Humano*.

Locke, em seu ensaio, propõe uma teoria do conhecimento, afirmando a importância da experiência sensível, ou empírica, na qual residiria em última instância, todo o saber humano. Segundo ele, conforme descrito no parágrafo 15 do capítulo I, o processo de aquisição das verdades inicia-se quando os sentidos apreendem as idéias particulares, preenchendo o receptáculo até então vazio do entendimento humano, que, familiarizando-se pouco a pouco com algumas dessas idéias, as aloja na memória e lhes dá um nome. Posteriormente, a mente, dando prosseguimento ao processo, as vai abstraindo, apreendendo gradualmente o uso dos nomes gerais. Portanto, uma vez descrito o procedimento empírico possível de aquisição da verdade, torna-se desnecessário buscar outros procedimentos.

Composto por quatro livros, no Livro I, o autor apresenta uma argumentação cerrada contra a doutrina do conhecimento inato. Locke começa defendendo que todas as nossas idéias, i.e., “o que quer que constitua o objeto do entendimento quando um homem pensa”, provêm, em última instância, da *experiência*, em suas modalidades de sensação e reflexão. Sendo as idéias o

“material” do conhecimento, Locke acredita estabelecer assim que todo o conhecimento provém, em última instância, da experiência. Sendo o Livro I de natureza crítica às idéias tidas como inatas, Locke julga o inatismo como uma doutrina de preconceito que leva ao dogmatismo individual, mostrando que há outros modos de se chegar ao consenso universal, que, na verdade, não existe. Ele dá exemplos de coisas que crianças e deficientes não possuem, como o princípio da identidade, não contradição e fundamentos éticos. Até mesmo a concepção não é inata, pois apresenta diversidade e varia a crença de cada povo. Em alguns, até, não existe essa crença. Locke afirma ser absurdo existir certos princípios inatos, mas não se estar consciente disso. Se há algo na alma, há a consciência desse algo.

No Livro II, ressalta o empirismo, sendo a experiência sensível e a reflexão a base do conhecimento, que só é possível com as idéias que são admitidas como todo e qualquer processo cognitivo. As primeiras impressões obtidas através dos sentidos constituem as *idéias sensoriais simples*. Trata neste Livro dos sentidos, da percepção, da retenção, das operações mentais, dos modos do pensamento, das idéias complexas, da duração, da expansão, dos números, do infinito, do prazer, da dor, do poder, das substâncias, das relações, da causa e do efeito, da identidade e da diversidade, das idéias claras, obscuras e confusas, das idéias reais e/ou fantásticas, adequadas e/ou inadequadas, da verdade e da falsidade e da associação de idéias. Estas idéias são re-trabalhadas pela reflexão, pela crença e pela dúvida, e o resultado disso, segundo Locke, são as *idéias da reflexão*. Estabelecendo, assim, a distinção entre sensação e percepção. Propõe-se ainda a esclarecer a natureza da substância, sendo esta uma idéia composta. Na filosofia anterior a Locke, havia a teoria de que a substância constitui a essência das coisas. Essa noção estava em Descartes. Locke observa que a essência não pode ser a substância; ou melhor, a substância não é conhecida pelos sentidos na sua essência. A identidade, o eu, está fora da substância. A abstração, para Locke, é o ressaltado de certas qualidades das idéias, portanto reduz e torna parciais as idéias complexas.

No Livro III, disserta sobre palavras e linguagem, significado das palavras, termos gerais, nomes de idéias simples, modos mistos, relações, substâncias, partículas, termos concretos e abstratos, imperfeições e abusos das palavras.

Finalmente, o Livro IV aborda o conhecimento em um sentido geral, os níveis de conhecimento e a extensão deste, a realidade do conhecimento, a verdade, as proposições

universais, as máximas, o conhecimento da existência de coisas, a melhoria do conhecimento, os julgamentos (ou juízos), a probabilidade, os níveis de aceitação, o raciocínio, a fé e a razão, o entusiasmo e o erro. Também procura estabelecer os limites e verdadeira raiz do conhecimento: as idéias são o material do conhecimento, que nasce da percepção delas. Iniciando seu trabalho com a indagação: qual é a essência, qual a origem, qual é o alcance do conhecimento humano? Locke argumenta sua tese, fazendo conexões, concordâncias, contrastes e discordâncias entre as idéias, reconhecendo duas classes de ciências: as reais (naturais e metafísicas) e as idéias (matemática e ética). A matemática deve trabalhar com modelo próprio. A ética também se refere ao conteúdo que provém da mente humana.

4.0 Metodologia

4.1 Objetivos

O *Essay Concerning Human Understanding (Ensaio Sobre o Entendimento Humano)* de John Locke representa um progresso em confronto com os textos precedentes, contrapondo-se ao pensamento racionalista cartesiano fundamentado nas idéias inatas de cunho idealista, tão vigente na filosofia européia do continente no século XVII. Nosso objetivo com o presente trabalho é apresentar uma introdução geral ao texto de Locke, enquanto marco na fundamentação do empirismo inglês, com ênfase no processo lockiano de aquisição da verdade, conforme descrito no Capítulo I do Livro I do seu ensaio, que tem como intenção maior negar que haja princípios inatos.

4.2 Descrição da Tradução

Uma vez constatada que a única tradução portuguesa do texto *Essay Concerning Human Understanding (Ensaio Sobre O Entendimento Humano)*, de John Locke, apresentada na Coleção *Os Pensadores*, está incompleta, faltando partes substanciais que comprometem uma completa

interpretação, foi formado um grupo de estudos, sob a orientação do Prof. Dr. Emanuel Angelo da Rocha Fragoso e do Prof. Dr. Expedito Passos, com o intuito de completá-la, traduzindo as partes que faltam, re-traduzindo as partes já traduzidas e publicando o texto integral.

Para isto, a primeira etapa de nossa tradução consistirá na tradução das partes que faltam no texto, descritas a seguir:

Livro I – Nem Os Princípios Nem As Idéias São Inatas: capítulos 1, 2 e 3;

Livro II – Das Idéias: capítulos 1, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33;

Livro III – Das Palavras: capítulos 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11;

Livro IV – Do Conhecimento e Probabilidade: capítulos 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20.

Numa segunda etapa, iremos traduzir novamente as partes já existentes em *Os Pensadores*. Finda esta segunda etapa, publicaremos pela EDITORA DA UECE, em co-edição com o CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA DA UECE, pela Coleção *ARGENTUM NOSTRUM* em dois tomos: Tomo 1 – Livros I e II; Tomo 2 – Livros III e IV.

4.3. Relevância de nossa tradução

A natureza do nosso trabalho não comporta hipóteses intrínsecas ao texto. Contudo, podemos aventar hipóteses extrínsecas, como, por exemplo, a necessidade de que nosso trabalho irá preencher uma lacuna importante no ensino filosófico, pois estaremos disponibilizando para os discentes e docentes em Filosofia o texto completo do Ensaio de Locke, com a possibilidade de publicação do mesmo pelo Mestrado Acadêmico da UECE, disponibilizando a baixo custo para os demais interessados.

Em alguns trechos não traduzidos para o português na obra *Os Pensadores*, de Locke, pudemos constatar claramente em cada um deles tanto uma importância retórica quanto uma relevância Hermenêutica. Tal afirmação só ilustra a relevância de ter-se em uma tradução cada uma destas partes contidas no texto original escrito por Locke, e que estão sendo efetivamente

traduzidas por nossa equipe. Para ilustrar, tomemos como exemplo a passagem do Livro IV, no qual Locke trata da linguagem inferindo seus usos incorretos e os examinando largamente, expõe também uma solução, ou seja, os “remédios contra as já mencionadas imperfeições e abusos das palavras”. (cap.XI)

5.0 Referências Bibliográficas

COUSIN, Victor. **Philosophie de Locke**. 6. ed. Paris: Librairie Académique Didier et C^{ie}, 1873.

LOCKE, John. **Ensaio Sobre O Entendimento Humano**. 5. ed. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores).

_____. **An Essay concerning Human Understanding**. 20. ed. 3. v. London: T. Longman, B. Law and Son et al, 1796.

_____. An Essay concerning Human Understanding. In: **The Works of John Locke: Philosophical Works**. 2. v. London: Bohn’s Standard Library, v. 1 (p. 112-531), v. 2. (p. 1-338), 1854.

YOLTON, J. W. **Dicionário de Locke**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.